



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 16-07-2026

Ata nº 14

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Vereador	P
Ana Patricia de Castro Xavier	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 10-07-2026

Operações Orçamentais	219 005,25€
Operações de Tesouraria	538 053,44€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.



O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por agradecer a presença e apresentar cumprimentos a todos os Vereadores, à Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e à técnica do Município presentes na sala.

I – Período de Antes Da ordem do dia

Aberto o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou o propósito de deixar algumas notas informativas sobre a atividade executiva no intervalo de tempo que mediou entre a última reunião da Câmara e a reunião em curso, e perguntou se alguma ou algum dos senhores Vereadores se pretendia inscrever para intervir nesta parte da ordem de trabalhos.

Inscreveram-se, nesse seguimento, o senhor Vereador José Adriano Lima e a senhora Vereadora Fátima Pereira.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que iniciou a apresentação da referida atividade executiva dando conta da sua presença e intervenção, em 2 de julho do ano corrente, no ato inaugural da Feira do Alvarinho de Monção, tendo, no após, durante a visita aos produtores, sido abordado, no recinto da Feira, por várias pessoas que o parabenizaram pela intervenção feita, indo de encontro ao propósito de união entre os dois concelhos, não só na defesa da sub-região de Monção e Melgaço como também em muitos outros projetos e dossiers de interesse comum para os dois concelhos e para esta região do Alto Minho. Deu nota de que também já estivera prevista a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Monção, Dr. António Barbosa, na cerimónia de inauguração da 32ª edição da Festa do Alvarinho e do Fumeiro de Melgaço, a qual apenas não chegou a acontecer por questões meramente protocolares, relacionadas com a presença do senhor Primeiro-Ministro nessa cerimónia. Transmitiu que esta colaboração entre os Municípios de Melgaço e de Monção está a criar raízes e é para continuar a ser fortalecida.

Abordou, de seguida, a sua visita, em 3 de julho de 2026, ao Planalto de Castro Laboreiro, concretamente às escavações arqueológicas que aí se encontram a decorrer. Disse que em tempos, no âmbito de um projeto da CIM Alto Minho, foi sobrevoado o planalto, por meios aéreos, tendo-se então apurado a existência de um relevo com solução de continuidade, o qual se veio a confirmar corresponder a um amuralhado de base, que, juntamente com a estacaria de madeira típica da época a que se crê pertencer, constituiria uma espécie de acampamento ou forte para defesa da civilização romana que por aí passou. Transmitiu que a equipa de arqueólogos coloca a hipótese (ainda pendente de confirmação) de se tratar da passagem em Melgaço, cerca de 2.000 anos antes de Cristo (a.C.), da legião do grande Brutus, o que, a confirmar-se, teria acontecido em momento anterior ao da sua passagem por Ponte de Lima. Informou que as escavações continuariam por mais cerca de 15 dias e que as conclusões a que por via delas se chegar serão oportunamente reveladas.

Fez, seguidamente, referência à receção no Salão Nobre, no dia 4 de julho de 2026, das campeãs da Liga Distrital e da Taça da Associação de Futebol de Viana do Castelo de futebol feminino Sub-19, que contou com a presença das atletas, das famílias, do *staff* e técnicos, dos representantes do Sport Clube Melgacense e da referida Associação Distrital de Futebol. Transmitiu que este momento traduziu o merecido reconhecimento municipal do perfil competitivo e da determinação destas jovens atletas, dos títulos conquistados e da valorização territorial que os mesmos aportam para o concelho, engrandecendo e levando mais além o nome de Melgaço.

Reportou-se, posteriormente, à sua presença na Gala Centenária do Correio do Minho, no dia 6 de julho de 2026, a qual decorreu no Fórum Braga, onde também esteve presente o senhor Presidente da República Portuguesa, por ocasião da celebração dos 100 anos de existência de um órgão de comunicação muito importante para o todo nacional e o Minho em particular, incluindo o concelho de Melgaço.

Informou, de seguida, da sua comparência no ato inaugural da Art Beer Fest, em Caminha, no dia 9 de julho de 2026, onde teve a oportunidade de constatar um evento igualmente muito bem organizado, com custos controlados, e a curiosidade de cerca de 70% do público presente ser de fora do concelho de Caminha, grande parte do qual oriundo do estrangeiro.

Passou, seguidamente, a dar nota da realização, no dia 10 de julho de 2026, de uma reunião, nos Paços do Concelho, da representante da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (também integrada na Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS), que decorreu com a presença de todas as IPSS do concelho de Melgaço, não apenas as associadas e que pagam quotas à União Distrital mas também a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço. Informou ter sido uma reunião muito participada e profícua, tendo como objetivo a tomada de consciência das problemáticas e desafios destas Instituições. Realçou a criação da figura do Provedor da Autonomia das Instituições de Solidariedade, que, na atualidade, conta com a adesão de 4 Uniões, incluindo a de Viana do Castelo.

Ainda no âmbito da atividade do Executivo o senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou a primeira edição da Festa do Imigrante, realizada no dia 11 de julho de 2026. Disse ter sido um evento muito animado e dirigiu uma palavra de especial reconhecimento do Município ao trabalho desenvolvido e à integração exemplar da comunidade imigrante. Realçou a importância dos imigrantes na economia local, a vários níveis, como é o caso da restauração, da hotelaria, da indústria, do setor social, entre outros. Informou que o evento contou com momentos musicais e danças, insufláveis para diversão dos mais novos, um touro mecânico, amostras da gastronomia e das bebidas típicas da comunidade brasileira, Colômbia e Venezuela.

Deu nota, ainda, da receção, no Largo Hermenegildo Solheiro, no dia 12 de julho de 2026, de mais de 80 participantes do passeio de motas de 2026, organizado pela Comissão de Festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, de Paderne. Referiu que após esta receção o passeio continuou pela montanha, seguindo-se o almoço e momentos de são convívio no Parque Termal do Peso.

Comunicou, depois, a realização de uma reunião da CIM Alto Minho, descentralizada, desta vez, em Paredes de Coura, no dia 13 de julho de 2026, em que se discutiram, primordialmente, os investimentos prioritários no distrito de Viana do Castelo. Disse ter conhecimento de circular em nas redes sociais, nomeadamente por parte de pessoas afetas ao Partido Socialista, críticas sobre a exclusão de Viana do Castelo do Plano de Ação e de Investimentos a nível rodoviário, à semelhança do que tem vindo a acontecer desde há cerca de oito anos a esta parte, designadamente do tempo em que era Governo o Partido Socialista, que deixou o distrito de fora das grandes obras a nível de vias rodoviárias, esclarecendo que tais críticas são a destempo uma vez que este dossier ainda não se encontra fechado e que a Resolução do Conselho de Ministros não vai certamente deixar de fora o distrito de Viana do Castelo. Referiu ser naturalmente difícil conciliar a vontades dos 10 municípios do Alto Minho na definição e estabelecimento das prioridades, dando ainda nota de que qualquer solução de alternativas rodoviárias que se venha a acomodar no plano não será exequível no imediato. Transmitiu que o que mais preocupa o Executivo é a criação de uma alternativa rodoviária que ligue Vila Nova de Cerveira ou Valença com destino a Melgaço, enfatizando ser esta, a seu ver, a prioridade das prioridades, com a construção a fazer-se de uma forma certamente faseada, o que possibilitaria aliviar a saturação de trânsito que se verifica também em Valença e Monção. Informou ter pedido também a inscrição, na lista de reivindicações, da requalificação da via que liga Monção a Melgaço, com particular relevo para as fatídicas curvas de Penso. Terminou esta sua intervenção afirmando que tudo passará, em primeira linha, pela elaboração de um projeto, que terá de se mandar fazer e pagar, com a participação nos custos, segundo espera, de todos os municípios que serão atravessados por esta eventual alternativa rodoviária.

Antes de passar a palavra aos senhores Vereadores do PS referiu ainda que não iria abordar a questão dos transportes porque tal tema seria, certamente, abordado e perguntado por aqueles.

Feita esta exposição, o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Fátima Pereira, que começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, a senhora Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e a técnica do Município presentes.

Pegando nos eventos referenciados pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vereadora iniciou a sua intervenção com a nota de que também estivera presente no convívio realizado no Parque Termal do Peso, no âmbito do passeio de motas organizado pela Comissão de Festas em honra de Nossa Senhora do Rosário de Paderne, enaltecendo a organização.

Passou, de seguida, a manifestar a sua satisfação pela continuidade da realização da Festa do Imigrante, tendo feito uma correção no que tange ao número da edição deste evento, referindo que esta mesma festa já havia decorrido em anos anteriores, em locais e formatos diferentes. Exaltou a importância dos imigrantes se sentirem integrados, afirmando que Melgaço precisa muito deles, a todos os níveis, do trabalho, da escola e da população em si mesma.

Realçou, posteriormente, a atribuição, ao Município de Melgaço, do diploma de Concello Arraiano 2026, no âmbito dos Prémios Arraianos Maiores, dizendo que o mesmo enaltece a identidade, o património e o papel histórico-humanitário de Melgaço, com o apoio prestado a exilados espanhóis na guerra e no tempo da ditadura de Franco.

No seguimento da intervenção da senhora Vereadora Fátima Pereira, o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Festa do Imigrante, com este formato, organizada pela Associação de Imigrantes, com a colaboração do Município, foi a primeira vez que se realizou. No passado existiram, sim, momentos de convívio, com almoço ou lanche, mas com organização, apenas, do Município.

De seguida, e por não o haver feito antes, elencou mais um acontecimento importante para o concelho de Melgaço, que foi a inauguração, também em 11 de julho de 2026, de um alojamento local, do empresário conhecido por Paulo da Casa Paris. Disse tratar-se de um empreendimento que prima pela qualidade e excelência, que responde à carência deste tipo de resposta ao nível da Vila de Melgaço, enaltecendo e agradecendo a este investidor, bem como o seu bairrismo, por ter escolhido Melgaço para investir, quando o poderia perfeitamente ter feito nos grandes centros, onde, à partida, conseguiria até um retorno de maior rentabilidade.

Relativamente ao prémio “Arraianos Maiores”, lembrado pela senhora Vereadora Fátima Pereira, disse que a entrega do mesmo ocorrerá na localidade espanhola de Entrimo, no dia 8 de agosto de 2026, pelo Concello da Cultura Galega. Informou que esta IX edição dos Prémios Arraianos Maiores contém um programa mais alongado e ambicioso do que o de edições anteriores, incluindo a intervenção de dois ilustres melgacenses, o Professor José Domingues, de Lamas de Mouro, e o Américo Rodrigues, de Castro Laboreiro, bem como da técnica do Arquivo Municipal de Melgaço, Dr.ª Elsa Covelo. Comunicou que o Município de Melgaço está a preparar uma pequena lembrança para entrega na ocasião, que consta da reprodução de um mapa de 1890, com o desenho da linha de fronteira na Raia Seca, linha essa que ainda hoje é atual.

Informou ainda que nesse mesmo dia 8 de agosto será também inaugurada a Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI) do CISAM, em Parada do Monte.

Pediu de novo a palavra a senhora Vereadora Fátima Pereira para acrescentar um ponto à sua intervenção anterior, relativo à presença do Grupo Etnográfico da Casa do Povo de Melgaço no Festival de Folclore em Aveiro, que se realizou no mesmo dia da Festa do Imigrante (11/07/2026), tendo o senhor Presidente da Câmara afirmado tratar-se de uma deslocação previamente acertada no âmbito do intercâmbio por norma estabelecido entre os ranchos folclóricos ou grupos etnográficos.

Tomou, de seguida, a palavra, o senhor Vereador José Adriano Lima, que iniciou a sua intervenção com a apresentação de cumprimentos ao senhor Presidente, aos senhores Vereadores e aos colaboradores do Município presentes.



Prosseguiu com breves comentários à intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo principiado com a inauguração da Feira do Alvarinho de Monção e com a importância de os dois concelhos, Melgaço e Monção, andarem lado a lado, em particular no tema dos vinhos. Disse concordar com o facto de ser fundamental que estes dois municípios façam um trabalho conjunto, o que no passado nem sempre aconteceu. Transmitiu que ele próprio, enquanto foi Vice-Presidente do Município, teve, nos últimos anos, várias reuniões com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Monção. Disse que havia já um alinhamento entre as duas autarquias no âmbito da denominação de origem específica da sub-região de Monção e Melgaço. Manifestou o desejo de que este trabalho seja continuado e, na medida do possível, engrandecido, no sentido de trazer e capitalizar o património vitivinícola, que já é um património do território melgacense.

Relativamente ao assunto do Planalto de Castro Laboreiro, abordado pelo senhor Presidente, disse que este não é um assunto novo e que já foram feitas escavações, na sequência da suspeita de lá existir um acampamento romano. Referiu que a confirmar-se este facto deve ser reconhecida a importância da existência deste património no concelho, que poderá trazer mais valias para Melgaço, tal como já acontece com o património megalítico daquela zona.

Sobre a inauguração do alojamento local mencionou que conhece este investimento, que acompanhou desde a sua fase inicial. Mostrou a sua satisfação pelo facto de estar concluído e dirigiu as suas felicitações ao proprietário, pela sua visão, arrojo e bairrismo, desejando-lhe votos de sucesso neste novo negócio.

Passou, depois, a fazer menção ao problema dos transportes, mencionando que foi noticiado que a CIM Cávado iria financiar os transportes que foram suprimidos entre Viana do Castelo e o Porto, passando por Esposende. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se tem conhecimento se da parte da CIM Alto Minho existe a mesma intenção e se a CIM Cávado se articulou com a CIM Alto Minho para garantir este transporte. Mais perguntou sobre qual é a posição da CIM Alto Minho a este respeito e se estará na disposição de fazer o mesmo que a CIM Cávado fez. Questionou, ainda, se o senhor Presidente da Câmara Municipal, enquanto representante dos interesses dos melgacenses, teve ou não oportunidade para levantar esta questão no âmbito da última reunião da CIM Alto Minho.

Referiu, posteriormente, que o Município divulgou nas suas redes sociais a conclusão da obra de alargamento e renovação de redes e pavimentação na freguesia da Gave. Demonstrou a satisfação dos elementos do Partido Socialista relativamente à continuidade que o atual Executivo deu a esta obra. Aproveitou a ocasião para felicitar o mentor desta obra, o senhor Agostinho Alves, antigo Presidente da Junta de Freguesia da Gave, pela sua visão, ambição e coragem. Disse que esta obra irá beneficiar não só a freguesia da Gave mas todo o concelho, uma vez que engloba o alargamento da via que dá acesso a Monção, e, por isso, não deixa de ser uma ligação para além dos limites do Município.



Em resposta a esta intervenção do senhor Vereador José Adriano Lima o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por realçar, relativamente à obra na Gave, que a parte da requalificação da rede de abastecimento de água e da pavimentação da via foi inteiramente executada já no mandato do atual Executivo, que dessa obra, que já se arrastava há uns cinco anos a esta parte, o atual Executivo herdou vários e antigos problemas. Informou que a empresa adjudicatária dos trabalhos de pavimentação apresentou um pedido de pagamento de um valor muito superior ao preço contratualmente ajustado, argumentando com a subida dos preços dos combustíveis e das matérias betuminosas, pedido este que o Município indeferiu. Disse ter a expectativa de que as obras em causa venham a resolver os vários problemas que, quer a nível da mobilidade, quer a nível do abastecimento da água, a freguesia da Gave vem a registar desde há muitos anos a esta parte, e lembrou que a construção de uma nova rede de abastecimento de água na freguesia fora um compromisso do executivo PS aquando da transferência da gestão da água para o Município, há cerca de uns 10 anos, compromisso esse que os anteriores executivos municipais nunca chegaram a cumprir.

Sobre o trabalho conjunto entre o Município de Melgaço e o Município de Monção o senhor Presidente referiu que esta união deve ir para além da questão da sub-região dos vinhos, e ter em linha de conta os interesses comuns, a vários níveis, dando como exemplo a oferta de emprego que certamente resultará da entrada em funcionamento do Minho Park e das ligações rodoviárias que se ambicionam e perspetivam para os dois concelhos.

Quanto às escavações em Castro Laboreiro esclareceu que o que foi dito sobre esta questão pelo senhor Vereador José Adriano Lima se reporta a uma visita ao Planalto que foi feita há uns anos atrás, mas que as escavações em curso apenas agora começaram. Transmitiu que o Planalto de Castro Laboreiro integra uma das maiores necrópoles megalíticas da Europa e que o projeto sobre o apuramento da existência do acampamento romano, e a data em que esta civilização por lá passou, é algo que está agora a ser construído de raiz.

Relativamente à temática dos transportes informou que uma das questões que colocou na última reunião da CIM Alto Minho, em Paredes de Coura, foi a do ponto de situação do concurso público que foi lançado, pela terceira vez, por aquela entidade, relativamente à rede de transportes para cobertura dos 10 concelhos do Alto Minho. Informou, a este respeito, que houve 7 propostas, sendo que 2 delas foram consideradas formalmente inválidas, nas restantes cinco, que foram aceites, variando o preço das propostas por quilómetro entre os 2,35 € (apresentados pela empresa vencedora do concurso, a “Transportes Feirense”) e praticamente o dobro desse valor (apresentado, segundo tem presente, pelo grupo AVIC). Transmitiu a sua preocupação com o prazo que, por lei, pode variar entre os 6 e os 9 meses, para a implementação desta solução ao nível dos transportes, informando que dentro desta moldura temporal a escolha fica ao critério dos proponentes adjudicatários, que no caso em concreto informaram pretender o prazo (máximo) de 9 meses para essa implementação, fazendo persistir um vazio até que a esperada solução de mobilidade venha a ser efetivamente concretizada. Referenciou ter naquela reunião sido por si colocada, junto da CIM Alto Minho, a necessidade de ser estudada a possibilidade de,



no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável ("PAMUS"), serem estudadas soluções, de transporte flexível, fundamentalmente para ligação de Melgaço a Monção, uma vez que desde este último concelho já existem linhas da rede de expressos com partida durante a manhã e ligação interurbana.

Ainda neste particular, dos transportes, informou que existiram conversações entre a CIM Cávado e a CIM Alto Minho. Transmitiu que ambas as CIM, por questões de legalidade, estão impedidas de subsidiar operadores privados no âmbito do serviço de transporte público de passageiros com linhas intermunicipais, por não serem, nessa parte, Autoridade de Transporte, e que o que a CIM Cávado vai fazer é a implementação de uma carreira com meios próprios, o que é legalmente admissível. Deu ainda nota de ter sido informado que a média de frequência diária de passageiros na linha de Melgaço a Viana era de apenas seis utilizadores, o que demonstra a fraca frequência, e, por consequência, a parca rentabilidade das carreiras que até ao corrente mês de julho prestavam tal serviço.

Comunicou que o Executivo, na sua pessoa, também já tratou de redigir uma comunicação a ser remetida à Rede Nacional de Expressos, procurando sensibilizar a empresa para a possibilidade da criação de uma ligação com partida em Melgaço, alinhada com os horários que atualmente tem partida em Monção, às 06:45 horas e às 09:30 horas.

Transmitiu ter também pedido ao técnico do Município responsável pela área dos transportes que abordasse os operadores sedeados em Melgaço, em sede de consulta preliminar e meramente informativa (não no âmbito de procedimento concursal ou de pré-contratação), sobre a viabilidade de se fazer a ligação Melgaço-Monção, e vice-versa, em transporte flexível (e em carrinha de 9 lugares, face à frequência de uma média de 6 passageiros por dia já anteriormente referida), nem que fosse por prévia marcação, e, em caso positivo, quais os custos associados. Informou que uma das operadoras contactadas ainda não havia respondida e que a outra tinha apresentado uma extensa resposta, que o senhor Presidente no ato fez questão de ler, em voz alta, aos senhores Vereadores, lembrando a necessidade de se cumprir a legalidade e o elenco de todos os passos e diligências, temporalmente espaçados, que o procedimento a lançar, com vista à implementação de tal solução de mobilidade, implicaria, concluindo que se o Município lançar tal procedimento, e a nele ter sucesso, as várias fases do processo postergarão a entrada em funcionamento de tal solução de transportes para somente daqui a largos meses. Realçou, finalmente, as necessidades da população a este nível e a muita vontade do Executivo Municipal em resolver esta problemática, que se encontra, contudo, condicionada pelas decisões e pela atuação dos operadores privados e/ou da CIM Alto Minho.

Pediu a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, que, no uso dela, e relativamente à questão dos transportes, disse que o transporte interurbano ou intermunicipal tem regras próprias, considerando que o operador económico que respondeu deu uma resposta séria. Referiu que este assunto deverá ser gerido, na sua opinião, pela CIM Alto Minho. Perguntou se a CIM Alto Minho, neste momento, não tem disponibilidade para criar uma solução idêntica à que a CIM



Cávado criou, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que após a interpelação que ele próprio fez a esta entidade (CIM Alto Minho) ficaram de ser estudadas eventuais soluções para responder às referidas faltas a nível do transporte.

O senhor Vereador José Adriano Lima passou, depois, no que diz respeito à obra da freguesia da Gave, a diferenciar a obra de renovação da rede de água da obra de empreitada de alargamento e implementação da rede de Eiriz até ao centro de Gave. Disse que esta última é uma empreitada própria e que foi feita de forma faseada. Transmitiu que a ideia é que esta empreitada tivesse sido concluída ainda no decorrer do anterior mandato, o que não foi possível, por razões várias ligadas a atrasos do Município e a dificuldades da parte das empresas que executaram os trabalhos. Sobre a questão da renovação da rede de água daquela freguesia disse que a mesma estava no âmbito de um outro “pacote” de obras, onde se incluía também o sistema de abastecimento de água de um depósito que o Município tem em Pomares, financiado no âmbito de uma candidatura, de importância estrutural para aquelas freguesias e para todo o concelho. Manifestou ser muito importante que o Município dê continuidade a estes trabalhos.

Em relação ao acampamento romano reiterou na sua afirmação de que não se trata de um assunto novo, referindo que o anterior Presidente da Câmara Municipal teve a oportunidade de, publicamente, dar nota da possível existência de um acampamento romano no Planalto. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal a verificação, com os serviços, sobre a continuidade ou a novidade do achado, ao que este respondeu dizendo que as escavações se iniciaram há umas semanas a esta parte e que o que realmente releva é que se venha a confirmar aquilo que são as expectativas dos arqueólogos, o que certamente redundará em visibilidade e benefícios para o concelho, que tanto tem apostado e continua a apostar no setor do turismo. Explicou, ainda, o senhor Presidente da Câmara Municipal, que no passado apenas foram recolhidas amostras no local que, em função da datação por carbono, revelaram a existência de vestígios de há apenas cerca de 100 anos, data concluída tendo por base amostras que podem ter sido contaminadas com a sedimentação dos solos ou eventuais incêndios, muito diferente, pois, do que agora se perspetiva com estas novas escavações, que aventam um amuralhado de base com quilómetros de extensão e em forma circular.

Findas as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia.



II – Período da Ordem do dia

Administração Municipal

185. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 13 de 02-07-2026.

Na apresentação deste assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal transmitiu que a minuta da ata foi remetida aos senhores Vereadores para análise, não tendo havido contributos para efeitos da sua alteração.

Referiu que foi apresentada uma Declaração de Voto pela senhora Vereadora Verónica Solheiro, sobre a qual redigiu uma resposta escrita, ao abrigo do direito de resposta, que pediu para anexar àquela ata n.º 13. Entregou uma cópia desta resposta a cada um dos senhores Vereadores.

Interveio o senhor Vereador José Adriano Lima que referiu que os Vereadores do Partido Socialista não se iriam opor à junção deste documento, sem prejuízo de uma posterior análise mais detalhada sobre o mesmo.

O Executivo deliberou, por unanimidade, sem a participação na votação do senhor Vereador José Adriano Lima, por não ter estado presente na reunião em causa, a aprovação da Ata nº 13, de 02-07-2026.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

186. Justificação de faltas.

Neste ponto apresentou justificação de falta à reunião n.º 13 de 02-07-2026, o Senhor Vereador José Adriano Esteves Lima, por motivos profissionais.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a justificação de falta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

187. Presente requerimento da Associação Clube de Veículos Antigos de Melgaço, a solicitar autorização para a realização da manifestação desportiva Rampa do Pezo Classic Festival 2026, que se realiza no dia 25 de julho de 2026, das 08:00 horas às 23:59 horas, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação do presente assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que existe a previsão de que a edição deste ano da Rampa do Pezo, promovida pelo Clube de Veículos Antigos de Melgaço, em colaboração com o Município, conte com a presença de 150 participantes. Comunicou que estão em causa três deliberações, quais sejam o deferimento da autorização para a realização da prova, a questão do corte e condicionamento do trânsito, e a concessão da isenção das taxas de licenciamento desta prova desportiva. Informou que solicitou à empresa adjudicatária da limpeza das bermas e valetas que agilizasse a limpeza do troço por onde passa esta prova (desde o Peso até Prado).

Após esta exposição, colocou o presente assunto à discussão e, não se tendo pronunciado ninguém, à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 7987 de 08-07-2026, o seguinte:

1. deferir o pedido de autorização da manifestação desportiva;
2. aprovar, nos termos do artigo 15.º/1 do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento (Regulamento n.º 306/2018 publicado na 2ª série do DR em 23-05-2026), o condicionamento /corte do trânsito nos traços identificados, notificando a organização da prova da necessidade de dar a devida publicidade à decisão;
3. isentar a organização da taxa de licenciamento da prova (artigo 5.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

188. Presente email da Associação Normadbike, a solicitar apoio logístico e apoio financeiro no valor 5.000,00€, para comparticipação das despesas inerente à realização do evento de caráter desportivo denominado Extreme Peneda-Xurés. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que este evento envolve 6 municípios, sendo em Portugal Melgaço, através de 3 territórios (Castro Laboreiro, Lamas de Mouro e Parada do Monte), Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, e em Espanha Entrimo, Lobeira e Lobios. Referiu que esta prova engloba, pois, 6 municípios, 2 países, 2 parques naturais integrados na reserva da Biosfera Gerês-Xurês (o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural do Baixo Limia) e que tem um limite máximo, por imposição do ICNF, de 180 participantes, entre femininos e masculinos. Disse que este evento traz bastante visibilidade ao território e projeta o nome dos municípios que por ele são atravessados. Transmitiu que a realização desta edição da prova Extreme Peneda-Xurés

Ata

Reunião de Câmara Municipal

estava prevista para o dia 4 de julho de 2026, tendo, no entanto, sido adiada pelo facto de a conjuntura em termos de condições climáticas não permitir o atravessamento do Parque com BTT, estando agora previsto vir a ser realizada no próximo mês de setembro.

Após a apresentação deste assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou-o à discussão, tendo-se pronunciado o senhor Vereador José Adriano Lima, que disse já conhecer bem a prova, por já ter decorrido alguns anos aqui no território. Disse ser importante continuar a avaliar o real impacto do evento e o que é o contributo do Município, face às condições financeiras, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo que o Executivo tem vindo a fazer esta avaliação, tendo inclusivamente proposto a concessão de um apoio de valor inferior ao concedido no ano passado, uma vez que não gera muita economia local, pelo facto de, pelo menos quando a prova não começa e termina em Melgaço, estarmos perante uma simples passagem dos participantes pelo território, mas que não se deve descurar, contudo, a mais valia resultante da visibilidade dada ao concelho, com a projeção e a cobertura mediática que o evento tem.

Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 7789 de 01 de julho de 2026 e no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conceder um apoio financeiro no valor de 5.000,00€, para comparticipação das despesas inerentes à realização do evento de caráter desportivo denominado Extreme Peneda-Xurés.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

189. Presente requerimento do Centro Interparoquial e Social do Alto Mouro (CISAM), a solicitar a isenção de taxas de ocupação de domínio público, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexo à presente ata.

Relativamente ao presente assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o pedido de autorização para ocupação do espaço de domínio público foi por si despachado, no âmbito das competências que lhe cabem, no sentido do deferimento, mas que o pedido de isenção do pagamento das respetivas taxas é da competência do órgão colegial Câmara Municipal. Disse que a atividade em causa é propugnada pelo CISAM, através do projeto CLDS 5G, com o objetivo de recuperar aquilo que em tempos se fazia e permitia encher a Praça da República: o bingo na Praça. Esclareceu que, tendo em conta a forma como esta atividade está desenhada e se vai processar, está assegurada, segundo o departamento jurídico, a legalidade da sua realização nos termos apresentados.

Informou que tinha sido pedida, pelos comerciantes que usam a Praça da República para esplanada, a possibilidade de utilizarem também a zona mais a nascente desta Praça, para promoverem, em todos os dias do mês de agosto, eventos com animação musical até às 04:00 horas da manhã. Transmitiu que, após a devida ponderação, sopesando, por um lado, o direito ao descanso, à imagem e à saúde das pessoas que ali residem, e, por outro lado, o direito ao desenvolvimento de uma atividade comercial, o Executivo decidiu que das sextas-feiras para sábado, de sábados para domingo e em vésperas de feriado será autorizado o uso daqueles espaços e o desenrolar das citadas atividades até às 03:00 horas da manhã e que nos restantes dias da semana, domingos, segundas, terças, quartas e quintas-feiras, o será até às 24:00 horas. Referiu, ainda, que em função da realização desta atividade (Bingo na Praça), quando o Município autorizou a utilização da Praça para fins de eventos com animação musical, salvaguardou, junto dos comerciantes, a possibilidade daquele espaço poder vir a ser utilizado com atividades como a em causa.

Isto posto, colocou o assunto à discussão, tendo-se pronunciado o senhor Vereador José Adriano Lima, que disse que o bingo na Praça já aconteceu no ano passado. Face ao facto de não ter chegado, aos senhores Vereadores, a descrição do local da realização desta atividade, pelo facto de o pedido ter sido dividido em dois procedimentos diferentes (um relativo à autorização para ocupação do espaço público e o outro respeitante à isenção das respetivas taxas), podendo suscitar dúvidas quanto ao concreto local onde a atividade se iria realizar, sugeriu que fosse feita a junção dos dois processos ou a menção explícita ao local da realização da atividade na informação da isenção das taxas, tendo-lhe a esse respeito o senhor Presidente da Câmara perguntado se lhe subsistia a dúvida de que quando na informação se falava na Praça se pretendia referir a Praça da República, por ser aí que o bingo sempre fora realizado e por não se conhecer outra Praça no núcleo urbano da Vila, ao que o senhor Vereador José Adriano disse que poderia até ser numa praça em Parada do Monte, ao que o senhor Presidente da Câmara lhe respondeu, novamente, afirmando não fazer qualquer sentido a dúvida levantada, mas que, face à insistência e dúvidas daquele senhor Vereador, iriam ser dadas instruções ao técnico do Município que elabora estas informações para que futuramente concretizasse melhor a localização.

Após esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara colocou o assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8008 de 09-07-2026 e para os efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, a aprovação da isenção de taxas de ocupação de domínio público.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Gestão Municipal

190. Presente para efeitos de ratificação a aprovação do início de procedimento e aprovação das respetivas peças da empreitada "Reconstrução do Antigo Cine Pelicano para instalação do Museu Melgaço et Cinema", que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, relativamente ao espaço museológico Memória e Cinema se abriu um concurso, que ficou deserto, na sequência do que se fez uma consulta preliminar a empresas da área da construção civil, tendo-se apurado que seriam necessários mais 500 mil euros face ao preço base que estava estabelecido, vindo-se, pois, a apurar a necessidade de o Município cabimentar, na componente nacional, cerca de 800 mil euros (em vez dos cerca de 300 mil euros inicialmente previstos), para executar a obra com aquele projeto. Mencionou que por esse motivo a execução desta empreitada, nos moldes que estavam previstos, se revela impossível, por falta de suporte financeiro, tendo-se o Executivo decidido pelo redesenho do projeto, retirando inicialmente área de construção, a fim de se conseguir ajustar a obra aos fundos disponíveis, na componente nacional.

Informou, paralelamente, com relação à Fase 2 da obra de requalificação, e ampliação, da antiga Escola Primária da Vila, para acomodação do espólio doado por Jean-Loup Passek, cujo concurso também ficou deserto, que no entretanto, pelo facto de a obra não ter avançado, a CCDR-N revogou a decisão de financiamento, tendo o Município exercido o direito à audiência prévia, com o objetivo de que esta revogação do financiamento seja revertida, encontrando-se, na atualidade, a aguardar pela prolação de decisão.

Focando-se, novamente, na obra de reconstrução do antigo Cine Pelicano, comunicou que no entretanto se torna necessário o lançamento de um novo concurso, para o que, face às já aludidas limitações financeiras, o projeto teve de ser redesenhado pela segunda vez, com a revisão do mapa de quantidades, a reformulação de algumas soluções construtivas, mas que não põem em causa o mérito e a qualidade do projeto, e com a substituição de determinados materiais de revestimentos, o que irá permitir uma poupança de cerca de 200 a 250 mil euros, dentro daqueles 500 mil euros que a consulta ao mercado pedia para o Município acrescentar em termos do valor base da proposta. Informou que vai ser, pois, lançado um novo procedimento pré-contratual, por via de concurso público simplificado. Mencionou que o que vem à discussão e votação, no presente assunto, é a aprovação das alterações introduzidas ao projeto, a revisão do mapa de quantidades e a abertura de um novo procedimento de contratação pública, destinado à execução desta empreitada, com a alteração do preço base para um milhão e vinte e cinco mil euros (sendo um milhão e oitenta e seis mil e quinhentos euros com IVA incluído),



mantendo-se o prazo de execução nos 365 dias. Realçou o foco deste Executivo em pretender cumprir com o compromisso assumido pelo Município, há cerca de 20 anos atrás, para com o senhor Jean-Loup Passek.

Feita esta apresentação, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o assunto à discussão e, não se tendo pronunciado ninguém, à votação.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7898 de 06-07-2026 e no uso da competência prevista no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar a aprovação do início de procedimento e aprovação das respetivas peças da empreitada “Reconstrução do Antigo Cine Pelicano para instalação do Museu Melgaço et Cinema”.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Presidência

191. Presente proposta de Constituição de Comissão Municipal de Toponímia, que ficará anexo a esta ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, após a verificação, com os serviços competentes, de que a Comissão Municipal de Toponímia ainda não havia sido constituída, na sequência do alerta feito pelo senhor Vereador José Adriano Lima em anterior reunião da Câmara, relacionadamente com um pedido de aprovação de toponímia na freguesia de Cristóval, atraso pelo qual o responsável da DPGT se penitenciou, deu-se seguimento ao processo, com a proposta de constituição da dita Comissão nos termos que constam da informação anexa a esta ata.

Uma vez que não houve qualquer pedido de intervenção, o Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Melgaço, designar os seguintes representantes para a Comissão Municipal de Toponímia, sendo que da parte da Assembleia Municipal havia sido já designado o representante:

Vereador – Manuel José Cardoso Rodrigues.

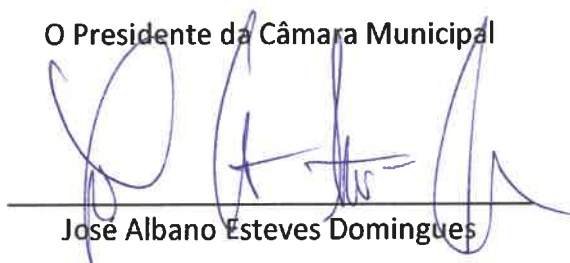
Técnico da Unidade de Planeamento e Gestão do Território – Efetivo Diogo Esteves Domingues e Suplente Albertino Esteves.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

E por nada mais haver a tratar, quando eram as 15:50 horas, foi a reunião dada como encerrada pelo senhor Presidente da Câmara, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.

E eu, Auxíliia Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



José Albano Esteves Domingues